

Desidério Murcho

desiderio@ifac.ufop.br

Universidade Federal de Ouro Preto

Curso de pós-graduação lato sensu em filosofia

Ética deontológica

19 de Janeiro



Immanuel Kant

Kant (1724-1804)
é autor da teoria
deontológica
clássica



A versão de Kant

- O bem último é a vontade boa porque tudo o mais pode ser usado para o mal
- Uma ação é correta quando emana de uma vontade boa
- Uma vontade é boa se obedecer aos imperativos categóricos

Imperativos

- Um imperativo é uma ordem, algo que temos de fazer
- Se um imperativo está condicionado a algo, é hipotético
- Se não está condicionado, é categórico

Imperativos hipotéticos

- Um imperativo é hipotético quando é algo que temos de fazer para obter outra coisa que queremos
 - Para ir ao cinema tenho de me deslocar para lá
 - Deslocar-me para o cinema é um imperativo hipotético
- Os imperativos hipotéticos surgem da racionalidade instrumental: a capacidade para saber que meios são adequados para os fins que temos em vista



Imperativos categóricos

- Um imperativo é categórico quando é algo que temos de fazer por si mesmo e não como meio para outra coisa
- Os imperativos categóricos surgem da capacidade para determinar finalidades à luz da razão
 - Um imperativo é categórico quando a máxima de ação que podemos retirar dele não é incoerente



Máximas universalizáveis

- Uma máxima é um princípio que nos diz como agir
- Uma máxima é moral quando é universalizável
- Uma máxima é universalizável quando podemos querer que seja uma lei da natureza seguida por todos os seres racionais

O papel da razão

- Kant dá à razão um papel central na moralidade
- É irracional ser imoral, no sentido em que implica uma contradição lógica
- Por exemplo, Kant pensa que é irracional não cumprir promessas, mas ao mesmo tempo querer que os outros cumpram as suas

Qual é a alternativa?

- Uma posição oposta a esta no que respeita ao papel da razão é defendida por Hume
- Hume defende que não é irracional ser imoral
- A razão determina apenas os meios para atingirmos os fins que queremos, mas não determina os fins em si
- Quem é moral, tem fins benevolentes, e usa a razão para os alcançar
- Quem é imoral, tem fins malévolos e usa também a razão para os alcançar

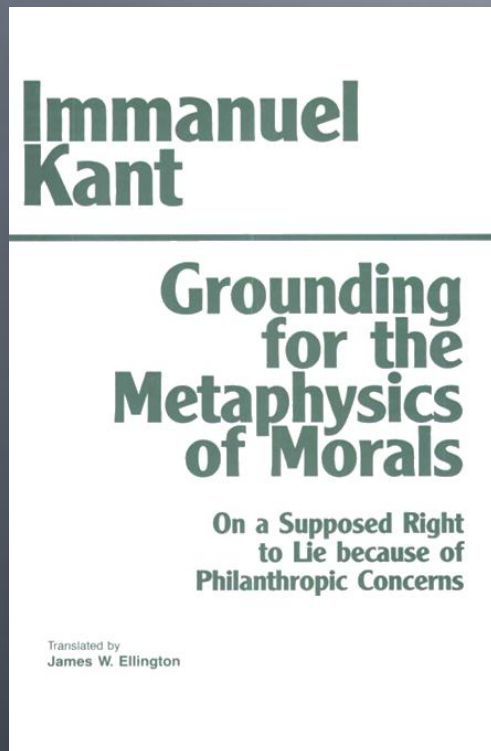


O que está em causa?

- Será uma exigência da racionalidade agir não apenas segundo as nossas preferências mas segundo os ditames da ética?
- Será o imoralista irracional, ou apenas uma má pessoa?

Fundamentação da Metafísica dos Costumes

(1785) *Grounding for the Metaphysics or Morals*. Trad. James W. Ellington
Indianapolis, IN: Hackett, 1993.



O bem em si

“Não é possível pensar em seja o que for no mundo, ou até fora dele, que se possa considerar bom sem qualificação excepto a vontade boa. A inteligência, a perspicácia, o discernimento e sejam quais forem os talentos do espírito que se queira nomear são sem dúvida bons e desejáveis, em muitos aspectos, tal como as qualidades do temperamento como a coragem, a determinação, a perseverança. Mas podem também tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que dará uso a estes dons da natureza e que na sua constituição especial se chama “carácter”, não for boa.”



Imperativo categórico

“Há apenas um imperativo categórico, e é este: Age apenas de acordo com aquela máxima que possas ao mesmo tempo querer que se torne uma lei universal.”

Universalidade

“A universalidade da lei de acordo com a qual os efeitos se produzem constitui o que apropriadamente se chama “natureza” no sentido mais geral (quanto à forma), isto é, a existência de coisas enquanto determinadas por leis universais. Assim, o imperativo universal do dever pode exprimir-se assim: Age como se a máxima da tua acção se tornasse pela tua vontade uma lei universal da natureza.”



O exemplo da promessa

“Outro homem em apuros vê-se na necessidade de pedir dinheiro emprestado. Ele sabe muito bem que não será capaz de pagar a dívida, mas vê também que não conseguirá obter o empréstimo a não ser que prometa firmemente pagar a dívida num certo período de tempo. Ele quer fazer essa promessa, mas ainda tem suficiente consciência para se perguntar se não será proibido e contrário ao dever sair das suas dificuldades deste modo. Suponha-se, contudo, que o decide fazer. A máxima da sua acção seria então expressa como se segue: quando vejo que estou a precisar de dinheiro, irei pedi-lo emprestado e prometer pagar a dívida, apesar de saber que nunca poderei cumprir a promessa. Ora, este princípio de amor-próprio ou vantagem pessoal pode talvez ser perfeitamente compatível com todo o nosso bem-estar futuro, mas a questão é saber se é correcto.”



A incoerência da máxima

“De modo que transformo a exigência de amor-próprio numa lei universal e coloco a questão assim: como seriam as coisas se a minha máxima se tornasse uma lei universal? O homem vê então imediatamente que tal máxima nunca poderia ser uma lei universal da natureza e ser consistente consigo mesma; pelo contrário, tem necessariamente de ser auto-contraditória. Pois a universalidade de uma lei que diz que qualquer pessoa que se veja em dificuldades pode prometer o que quiser com a intenção de não cumprir a promessa tornaria completamente impossível as próprias promessas e o fim que se deseja atingir, dado que ninguém acreditaria nas promessas, rindo-se apenas delas, tomando-as, ao invés, burlas vãs.”

